

JORNAL **ABAIXO ASSINADO** JPA

O jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

Ano 21 - Julho de 2026 - Nº 200

(21) 97246-2213 • jornalabaixoassinado@yahoo.com.br • facebook.com/jaajrj • [instagram - @jaajrj](https://instagram.com/jaajrj)

Editorial

A violência não é destino É um projeto que precisa ser enfrentado

A cada novo tiroteio, a cada operação policial que interrompe aulas, fecha unidades de saúde e espalha medo pelas ruas da Baixada de Jacarepaguá, somos levados a acreditar que a violência é inevitável. Não é. A violência tem causas, interesses e responsáveis. Por isso, também pode ser enfrentada.

Na segunda reunião do Fórum Popular da Baixada de Jacarepaguá, realizada em 11 de julho, o advogado popular Guilherme Pimentel provocou uma reflexão indispensável: é preciso romper com a falsa narrativa de que os territórios são dominados exclusivamente pelo crime organizado. Essa explicação simplifica uma realidade muito mais complexa e acaba escondendo os interesses econômicos e políticos que se alimentam da violência.

Como destacou Pimentel, a violência produz lucros, produz votos e sustenta relações de poder. A indústria das armas, setores da política que exploram o medo como plataforma eleitoral e a permanente violação de direitos compõem uma engrenagem que transforma a vida das periferias em campo de disputa. Enquanto isso, a população continua pagando o preço mais alto: vidas interrompidas, juventudes sem perspectivas, escolas fechadas, trabalhadores impedidos de circular e comunida-

des inteiras submetidas ao medo cotidiano.

Não existe solução baseada apenas no aumento da repressão. Décadas de políticas centradas exclusivamente no confronto armado demonstram seus limites. Segurança pública não se resume à ação policial. Ela exige inteligência, investigação qualificada, controle das armas e das organizações criminosas, combate à corrupção, prevenção, investimento social e presença permanente do Estado por meio da educação, da saúde, da cultura, do esporte, da moradia e da geração de trabalho e renda.

Defender os direitos humanos não significa proteger criminosos. Significa defender o direito da população de viver sem medo, sem bala perdida, sem desaparecimentos, sem execuções e sem a negação de direitos fundamentais. Uma política de segurança democrática tem como princípio a proteção da vida de todos.

É nesse contexto que o Fórum Popular da Baixada de Jacarepaguá reafirma sua importância. Não basta denunciar a violência. É preciso construir alternativas. É preciso ouvir quem vive diariamente essa realidade e fortalecer a participação popular na formulação das políticas públicas.

No próximo dia **15 de agosto**, o Fórum voltará a

se reunir para consolidar um documento de propostas sobre segurança pública e discutir a realização de um encontro estadual com redes populares, movimentos sociais, universidades, entidades da sociedade civil e demais organizações comprometidas com a construção de uma política de segurança baseada na democracia, na justiça social e na valorização da vida.

A Baixada de Jacarepaguá não quer ser conhecida pela violência. Quer ser reconhecida por sua história, sua cultura, seu povo trabalhador e sua capacidade de organização. É hora de romper com a política do medo e afirmar uma política da vida.

Essa é a tarefa do nosso tempo. E ela só será cumprida com participação popular, democracia e coragem para enfrentar os interesses que lucram com a violência.

O coletivo do JAAJ agradece as singelas contribuições do Colégio Brigadeiro Schorcht, da Casa de Cultura de Jacarepaguá e da vereadora Maíra do MST no apoio à realização do II Fórum Popular da Baixada de Jacarepaguá.

Empresa responsável pelo Rock in Rio vai administrar as arenas do Parque Olímpico

Existe o temor de que todo o legado das Olimpíadas Rio-2016 passe a ser usado apenas para grandes eventos. **Página 3**



Vista aérea da Via Olímpica

Foto: site da Prefeitura do Rio

Brasil de fato

- **Desgoverno fluminense**
- **Quando o território adoece, o trabalho sente primeiro**

Página 4

História da Região

- **Cidade de Deus**
- **Cultura Banto**
- **Dia do bairro da Freguesia**
- **52 anos do Parque da Pedra Branca**

Páginas 2, 6, 7 e 8

Beatriz 'Biba' faz a diferença e cinema na Praça Seca **Página 5**



Magnus Alves
Escritor

Parque Estadual da Pedra Branca celebra 52 anos com homenagens a defensores da natureza e da memória ambiental

O evento reuniu cerca de 250 participantes e homenageou 28 pessoas e instituições que contribuem para a preservação da maior unidade de conservação em área urbana do Brasil.

No dia 28 de junho, o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) comemorou seus 52 anos reunindo ambientalistas, pesquisadores, lideranças comunitárias, voluntários, empreendedores, ciclistas, escoteiros, jornalistas e moradores em uma programação dedicada à conservação ambiental e à valorização da história da unidade.

Criado em 1974, o parque ocupa aproximadamente 12.500 hectares, cerca de 16% do território do município do Rio de Janeiro, e é considerado a maior unidade de conservação em área urbana do Brasil. Além de proteger um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica da cidade, preserva importantes nascentes, abriga rica biodiversidade e influencia diretamente a qualidade de vida dos moradores de 17 bairros da Zona Oeste e parte da Zona Sul.

Ao longo de mais de cinco décadas, tornou-se referência no combate aos incêndios florestais, à caça predatória, às ocupações irregulares e na recuperação de áreas degradadas, mostrando que preservar a natureza também significa proteger a popula-

ção.

Educação ambiental e participação da sociedade

A programação destacou ações de educação ambiental. Os visitantes conheceram uma exposição sobre a fauna da Mata Atlântica, diferentes espécies de abelhas nativas e degustaram 12 variedades de mel produzidas por meliponicultores.

Em parceria com a CEDAE, o INEA distribuiu mudas de espécies nativas, incentivando o reflorestamento e a recuperação ambiental.

A celebração contou ainda com a participação de coletivos e instituições como Encantos do Sertão Carioca, Pedala JPA, *Jornal Abaixo-Assinado*, Quilombo do Camorim, grupos de escoteiros e representantes do turismo de natureza e das Trilhas Significativas do Rio da Prata, reforçando que a preservação depende da atuação conjunta entre poder público e sociedade.

Debates sobre os desafios da conservação

As palestras foram mediadas pelo diretor do parque, Marcelo, e reuniram especialistas ligados à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Entre os participantes estavam o ex-diretor de Biodiversidade do INEA, André Ilha, referência na conservação ambiental brasileira, e Adilson Batista Almeida, líder do Quilombo do Camorim, que abordaram temas como preservação das áreas protegidas, desenvolvimento urbano, patrimônio cultural e turismo sustentável.



Reconhecimento a quem faz a diferença

Um dos momentos mais marcantes da programação foi a homenagem a 28 pessoas e instituições que contribuíram para a preservação do Parque Estadual da Pedra Branca.

Receberam reconhecimento pesquisadores da UERJ e da UFF, o ex-vereador Rubens de Andrade, ambientalistas, brigadistas florestais, meliponicultores, empreendedores rurais, excursionistas, ciclistas de montanha, fotógrafos, jornalistas, advogados, líderes comunitários, escoteiros, guardas-parques e voluntários da Trilha Transcarioca.

Também foram homenageadas personalidades ligadas à história da conservação ambiental brasileira, entre elas o deputado estadual e ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, o ambientalista André Ilha, o ex-prefeito de Niterói Axel Graef e a Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecos-

sistemas do INEA, representada por Vanessa Teixeira.

Uma homenagem que emocionou o público

Entre todas as homenagens, uma teve significado especial.

O silvicultor voluntário João Silva Braga, morador de Piraquara, em Realengo, recebeu reconhecimento pelos serviços prestados ao reflorestamento da região. Ao longo de décadas de trabalho voluntário, participou do plantio de aproximadamente 20 mil mudas, contribuindo para a recuperação da vegetação nativa, a proteção das nascentes e o fortalecimento da biodiversidade da Mata Atlântica.

Sua trajetória simboliza o trabalho silencioso de centenas de voluntários que, longe dos holofotes, dedicam suas vidas à conservação de um dos maiores patrimônios naturais da cidade.

Preservar é construir o futuro

Com cerca de 250 participantes, a celebração dos 52 anos do Parque Estadual da Pedra Branca reforçou que conservar a natureza vai muito além da proteção das florestas. Significa garantir água de qualidade, proteger a fauna e a flora, incentivar a pesquisa científica, fortalecer o turismo de natureza e valorizar quem atua diariamente na defesa do patrimônio ambiental.

Mais do que celebrar uma data, o encontro reafirmou que o futuro da Mata Atlântica depende da união entre instituições públicas, pesquisadores, movimentos sociais e cidadãos comprometidos com a preservação.



Bianca Lopes
Jornalista e colaboradora voluntária do JAAJ

Reciclagem com amor

Como transformar cachoeira poluída em área de lazer para sua comunidade? O que fazer com o lixo lançado em rios e na Baía de Guanabara? Como reaproveitá-los?

Estas três perguntas foram respondi-



André Marinho de Moraes, mentor do projeto

das na prática pelo jovem empreendedor André Marinho de Moraes, de 43 anos, morador de Santo Aleixo, município de Magé (RJ) que, na infância, nadou em cachoeiras da região e na Baía de Guanabara.

Por ser um amante da natureza, sempre incomodado com a poluição nos rios e na Baía, André começou um trabalho comunitário de reciclagem. Usou todas as suas economias para comprar uma área onde seus avós e pais foram empregados e onde ele passou a infância. Hoje essa área se chama Eco Resort Castelinho e absorveu mais de 40 toneladas de resíduos da Baía de Guanabara que se transformaram em cachoeiras artificiais.

Todos esses resíduos foram levados até Santo Aleixo pelo Projeto Águas da Guanabara, uma iniciativa da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj) que remunera pescadores artesanais para retirar resíduos sólidos da Baía. Em colaboração com órgãos estaduais e municipais, a iniciativa promove a limpeza ambiental, a pesquisa e

a educação na região metropolitana.

Com apoio de pesquisadores, os pescadores retiram toneladas de lixo das águas e mapeiam os pontos de maior acúmulo e os rios que mais despejam detritos.

No Eco Resort Castelinho, pneus, garrafas pets e outros materiais se transformaram em cachoeira. A instituição tem parceria com o Instituto Chico Mendes (ICMBio) na Área de Proteção Ambiental Petrópolis (APA) Petrópolis, sendo reconhecida pelo Ibama como área de soltura de fauna silvestre.

O Eco Resort Castelinho recebe escolas públicas e particulares em aulas sobre preservação ambiental para desenvolver nos jovens estudantes o interesse pela preservação da natureza, levando-os a replicar todos esses conceitos entre familiares e na comunidade.

Projetos como esse desenvolvido no município de Magé podem servir de exemplo para outros amantes da natureza no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil.



Cachoeira artificial, 25 metros de altura, feita com pneus, garrafas pet, etc.

A consciência sobre preservação dos ecossistemas e sua biodiversidade é vital para a sobrevivência da raça humana. Cuidar é fundamental.

EXPEDIENTE

JORNAL ABAIXO ASSINADO JPA
O jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá

JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping
CNPJ 31.555.759/0001-64.

Críticas, sugestões e reclamações: jornalabaixoassinado@yahoo.com.br Tel (21) 97246-2213

Conselho Editorial: Almir Paulo, Cláudio Mattos, Cíntia Travassos, Dona Jane, Dona Penha, Douglas Aguiar (Em Memória), Ivan Lima, Jane Nascimento, João Magalhães, Luiz Claudio, Manoel Meirelles (Em Memória), Maraci Soares, Marcus Aguiar, Pablo das

Oliveiras, Renato Cosentino, Renato Dória, Roberta Azevedo, Roberto Senna (Cabral) (Em Memória), Severino Honorato, Silvia da Costa, Val Costa, Valmiria Guida, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e Wladimir Loureiro.

****As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.**
****Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.**

Coordenação Geral: Almir Paulo, Maraci Soares, Silvia Costa e Val Costa.
Diagramação e Arte: Jane Fonseca.
Gestora de Redes Sociais: Silvia da Costa.
Revisão: Vânia Santiago.



Felipe Lucena
Jornalista e roteirista

Empresa responsável pelo Rock in Rio disputou sozinha a concessão das arenas do Parque Olímpico

Existe o temor de que todo o legado das Olimpíadas Rio-2016 passe a ser usado apenas para grandes eventos, tornando o Parque caro ou até mesmo inviável para competições esportivas

No início do último mês de junho de 2016, a Rock World S.A., empresa responsável pela realização do Rock in Rio, foi a única a entrar na concorrência do edital aberto pela Prefeitura e venceu a disputa para administrar por 20 anos a Arena Carioca 1, o Centro Olímpico de Tênis e o Velódromo Olímpico do Rio, que foi transformado no Museu Rio Olímpico.

O fato de apenas uma empresa pleitear pela concorrência e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) não ter entrado no páreo gerou receio entre esportistas e membros de confederações.

Ricardo Leyser, que foi ministro dos esportes durante as Olimpíadas Rio-2016, também reagiu com apreensão. Segundo ele, em contato com a reportagem, *“atletas vão ter que competir com shows, porque a concessão tem que pagar as contas. É o que acontece em casos como o Pacaembu, em São Paulo”*.

Ainda de acordo com Leyser, o grande problema dessa concessão é *“a falta de uma visão esportiva de política pública para a utilização do complexo esportivo”*.



Fotos: site da Prefeitura do Rio



Vista aérea da Via Olímpica

A principal preocupação é em relação ao que será feito com o espaço – o maior do país para a realização de competições, criado também no intuito de ser um legado esportivo para o Brasil.

O temor é que todo o legado das Olimpíadas Rio-2016 passe a ser usado apenas para grandes eventos, tornando o Parque Olímpico caro ou até mesmo inviável para competições esportivas.

Atualmente, Arena Carioca 1 vem sendo utilizada para diversas competições de diferentes esportes. A Arena 2 serve de centro de treinamentos.

De acordo com informações obtidas pela reportagem inicialmente, algumas empresas demonstraram interesse em entrar na disputa para assumir a gestão das arenas do legado olímpico. No entanto, na reta final só a Rock World ficou no jogo.

A concessão foi conduzida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), com apoio técnico da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar).

Sobre a responsabilidade do Poder Público nessa concessão, Leyser afir-

ma: *“Não vou citar apenas a Prefeitura do Rio. O Ministério dos Esportes e o Comitê Olímpico Brasileiro tiveram dez anos para encontrar um caminho de política pública para o local e não conseguiram.*

A reportagem fez contato com a Rock World e questionou a respeito de a empresa ter sido a única a entrar na concorrência e o temor entre esportistas sobre o destino que será dado ao local, mas não teve retorno.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) também foi contatado e não respondeu.



Giovanna Berti
Liderança comunitária das Vargens

Moradores das Vargens pedem mudanças no itinerário da linha 817 para reduzir tempo de viagem

Comunidade reivindica que ônibus passe pela Estrada dos Bandeirantes e atenda bairros hoje sem ligação direta com o Recreio

Depois de anos de mobilização por melhorias no transporte público, os moradores das Vargens comemoraram o retorno da linha 817. A conquista, no entanto, veio acompanhada de um novo desafio: para a população, o itinerário atual não atende às necessidades de quem depende do ônibus diariamente para trabalhar, estudar e acessar serviços.

Ao longo dos últimos anos, a comunidade participou de entrevistas, reportagens, fóruns e reuniões sobre mobilidade urbana, além de encaminhar diversos pedidos ao poder público para garantir um transporte mais eficiente para a região. A volta da linha 817 foi resultado dessa mobilização, mas também substituiu o atendimento que era realizado pelas vans – e isso foi desastroso.

Hoje, a linha 817 é a única ligação dire-

ta entre as Vargens e o Recreio dos Bandeirantes. Segundo os moradores, o trajeto é longo e deixa de atender um trecho considerado estratégico da Estrada dos Bandeirantes, entre a subida da Serra da Grota Funda e o Largo das Vargens. Com isso, comunidades como 30, Taboinhas, Vila, Fundação e outras continuam sem um atendimento adequado.

A principal consequência, afirmam os moradores, é o aumento no tempo de deslocamento. Quem trabalha no Recreio, muitas vezes, precisa utilizar duas conduções para percorrer um trajeto que, se fosse feito de forma direta, levaria menos de 30 minutos. Com a necessidade de baldeação, a viagem pode ultrapassar uma hora.

Como proposta, a comunidade defende que a linha 817 passe a operar em

formato circular, com veículos fazendo os dois sentidos do percurso. A sugestão inclui um itinerário pela Estrada do Pontal, Estrada dos Bandeirantes, Pacuí, Canal do Rio Morto, Terreirão e Avenida Gláucio Gil, ampliando a cobertura do transporte público na região.

Para os moradores, a mudança beneficiaria milhares de trabalhadores e trabalhadoras, reduziria o tempo de deslocamento, ampliaria o acesso ao transporte público e contribuiria para diminuir o número de veículos nas ruas, ajudando também a reduzir os congestionamentos.

Enquanto aguardam uma resposta do poder público, os moradores reforçam que a luta por um transporte público eficiente continua. Para a comunidade, o retorno da linha 817 foi um passo importante, mas a adequação do



itinerário é considerada fundamental para que o serviço atenda, de fato, às necessidades da população das Vargens.

***Liderança comunitária das Vargens**

Observatório Popular

Juçara Braga - Jornalista

Você já pensou no que andou fazendo nos últimos anos enquanto políticos eleitos no nosso Estado do Rio aparelhavam a máquina pública em benefício próprio e de seus “parças”?

Eu tenho pensando sobre isso. Nós vimos os anos passarem enquanto essa turma do mal se aboletava no andar de cima desviando tudo que foi possível desviar em causa própria. A faxina que vem sendo feita pelo governador interino Ricardo Couto revela a cooptação do Estado em níveis aterrorizantes.

Os números são assustadores envolvendo contratos cujos serviços nunca foram prestados, contratação de funcionários que nunca compareceram para trabalhar, mordomias e privilégios milionários, enfim, um rio de dinheiro público jorrando para mãos privadas. Até o fim de seu mandato, Ricardo Couto pretende cortar R\$ 5 bilhões em gastos públicos, dos quais parte já foi eliminada.

Confirmam:

- **R\$ 18,5 milhões** de aluguel de aeronave para uso exclusivo do então governador Cláudio Castro.
- **R\$ 50 milhões** por vídeo curso com 40 aulas, ou seja, mais de R\$ 1 milhão por aula.
- **R\$ 2 bilhões** em câmeras para espaços públicos que, ao chegarem, já estariam obsoletas.
- **R\$ 70 milhões** na compra de um helicóptero usado.
- **R\$ 86,2 milhões** movimentados num esquema criminoso instalado no Instituto Rio Metrópole (IRM) com 11 pessoas denunciadas pelo Ministério Público por “coisinhas” como corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes em contratos e licitações.
- **R\$ 16,7 milhões** era o custo de funcionários fan-

Desgoverno fluminense, o buraco é mais embaixo



tasmas identificados e cortados até o final de junho/2026 pela Controladoria Geral do Estado do Rio e pelo Gabinete de Segurança Institucional. E o pente final de Ricardo Couto ainda estava em 25% do total de órgãos auditados.

Estes são números parciais e revelam um retrato dos antros de corrupção criados nas estruturas do governo do Estado do Rio, como bem observa o procurador-geral de Justiça do Rio, Antônio José Campos Moreira.

— Isso talvez explique a situação de dificuldade financeira pela qual nosso Estado passa há décadas: inúmeras estruturas do Estado, órgãos que deveriam prestar serviços ao cidadão, cooptados por delinquentes e marginais — afirmou Moreira em entrevista coletiva reproduzi-

da pelo G1.

Ao fundamentar, em sua sentença, a prisão preventiva da cúpula do IRM, acusada de desvio de verbas públicas do Estado, o juiz Marcello Rubioli, da 1ª Vara Criminal Especializada em Organização Criminosa, define a gravidade da situação: "O Estado do Rio de Janeiro chegou ao fundo do poço e descobriu que ainda havia uma caixa de gordura." (O Globo)

É isto! Outubro se aproxima, teremos eleições. Vamos refletir, conversar com familiares, amigos, vizinhos. Vamos nos movimentar para mudar esse histórico lamentável de usurpação de recursos públicos no Estado do Rio de Janeiro por pessoas autorizadas por nós, eleitores.

Quando o território adoece, o trabalho sente primeiro



Escrevo esta reflexão como uma profissional de Recursos Humanos que, ao longo dos anos, aprendeu que os indicadores nunca falam apenas sobre as empresas. Eles revelam muito mais do que resultados organizacionais: mostram, também, os efeitos do território onde essas organizações estão inseridas.

Costumamos discutir os desafios da gestão de pessoas como se eles comessem e terminassem dentro das empresas. Falamos sobre liderança, clima organizacional, engajamento, retenção e desenvolvimento. Esses fatores são importantes, mas há uma dimensão que, muitas vezes, fica invisível: o contexto social que cerca o trabalho.

Não é possível compreender as relações de trabalho sem compreender o território.

Em Jacarepaguá, vivemos hoje um cenário marcado

por disputas territoriais, pela presença de poderes paralelos e pela ausência do Estado em diversas áreas. Embora essa realidade seja frequentemente tratada apenas como uma questão de segurança pública, seus efeitos ultrapassam o campo policial e alcançam diretamente o mundo do trabalho.

No Rio de Janeiro, essa é uma particularidade que impacta empresas, trabalhadores e toda a dinâmica econômica local. A violência gera incertezas, interrompe expansões, dificulta deslocamentos, reduz investimentos e compromete a capacidade de geração de empregos. Não estamos falando apenas de números. Estamos falando de pessoas que deixam de acessar oportunidades, de trabalhadores que enfrentam o medo diariamente e de famílias que convivem com a instabilidade como parte da rotina.

Na prática do Recursos Humanos, esses impactos aparecem de diferentes formas: aumento do absenteísmo, atrasos provocados por operações policiais ou confrontos, dificuldades de recrutamento, maior rotatividade e insegurança emocional dos colaboradores. São indicadores que, muitas vezes, são interpretados como problemas exclusivamente internos, quan-

do, na realidade, refletem questões estruturais do território.

Quando um bairro deixa de se desenvolver por causa da violência, não é apenas a economia que perde. O mercado de trabalho se enfraquece, as oportunidades diminuem e a população sente os efeitos muito antes de qualquer dado oficial confirmar essa realidade. Antes de se tornarem estatísticas, esses impactos já fazem parte da vida cotidiana de milhares de trabalhadores.

Como profissional de Recursos Humanos, acredito que olhar para o território também é uma forma de cuidar das pessoas. Afinal, as organizações não existem isoladas da sociedade. Elas fazem parte dela, são influenciadas por ela e inevitavelmente, carregam para dentro de seus ambientes as consequências das transformações sociais ao seu redor.

Talvez seja hora de ampliarmos o debate sobre gestão de pessoas. Porque, quando o território adoece, o trabalho também sente. E compreender essa relação é um passo importante para construir organizações mais conscientes e políticas públicas que dialoguem com a realidade de quem vive e trabalha nesses territórios.



**Cíntia
Travassos
Produtora**

Foto: Thaís Vieira

Nascida há 41 anos na Praça Seca, a produtora cultural e audiovisual Beatriz, conhecida por todos como Biba, transformou seu afeto pelo bairro em um motor de transformação social.

A paixão da talentosa Biba pela arte começou na infância, influenciada por pais que “respiravam” cinema, música e teatro, tornando seu destino na área cultural um caminho natural.

Hoje, prestes a rodar seu primeiro filme como diretora no fim deste ano, ela também coordena o projeto “Praça Seca em Foco”, no Cine Praça Seca. A iniciativa oferece oficinas de introdução ao audiovisual para moradores da região. O objetivo vai além das telas: busca desmistificar a produção cinematográfica, registrar a memória local e potencializar novas vozes. O projeto já formou três turmas este ano, resultando em três documentários sobre o bairro.

Sem salas de cinema ativas na região, Biba também promove exibições



Beatriz, Proutora Cultural e Audiovisual que faz a diferença no bairro da Praça Seca

gratuitas de filmes nacionais em praças públicas. Seu maior sonho reflete sua luta: ver a Praça Seca pulsar com uma sala de cinema novamente, fazendo parte ativa dessa história.

Foto: Caio França



Voices and Glances of Praça Seca - Equipe do Centro Cultural Dyla Silvia de Sá



Vaneide Carmo

Uma alimentação equilibrada é essencial para a saúde dos cães e gatos. Ela influencia a imunidade, a saúde cardiovascular, a higiene bucal, o brilho da pelagem e a qualidade de vida dos animais. Por isso, muitos tutores ficam em dúvida entre oferecer ração industrializada ou alimentação natural.

Segundo especialistas, a ração é um alimento completo e balanceado, desenvolvido com base em pesquisas científicas para fornecer todos os nutrientes necessários. Já a alimentação natural pode ser uma excelente opção, desde que seja preparada exclusivamente para o pet e acompanhada por um médico-veterinário nutrólogo ou nutricionista veterinário.

A principal vantagem da alimentação natural é a maior aceitação pelos animais. Além de ser mais saborosa, possui alto teor de água, favorecendo a hidratação e podendo beneficiar pets com alguns problemas urinários. No entanto, ela não deve ser confundida com restos de comida da família.

Quem opta por preparar refeições em casa deve evitar temperos como alho, cebola, alho-poró e cebolinha, que são tóxicos para cães e gatos. O sal também deve ser usado com muita moderação, pois o excesso pode causar sérios problemas de saúde.

Para muitos tutores, a ração continua sendo a alternativa mais prática. Ela tem longa validade, é fácil de armazenar e transportar e existem versões específicas para animais de diferentes idades e com necessidades especiais.

Quando indicada pelo veterinário, a alimentação natural pode incluir carnes, ovos, peixes, legumes e vísceras, sempre nas quantidades corretas. Ossos só devem ser oferecidos com supervisão, pois podem causar engasgos ou fraturas dentárias.

Entre os alimentos mais recomendados estão peixes ricos em ômega 3, carnes magras, ovos cozidos e legumes como abobrinha e beterraba. Já alimentos gordurosos, muito salgados ou temperados devem ser evitados.

A escolha entre ração e alimenta-

Ração ou alimentação natural?

Saiba qual é a melhor opção para o seu pet

ção natural depende da rotina da família, das necessidades do animal e da orientação do médico-veterinário. O mais importante é garantir uma dieta equilibrada, segura e adequada para cada pet.

Texto baseado em informações da médica-veterinária Dra. Joice Vasques, pós-graduada em Oncologia Veterinária, e em orientações do American Kennel Club (AKC).

Serafim ADVOGADOS
Gomes

CONSULTORIA TRABALHISTA

f SerafimGomesAdvogados

@serafimgomesadvogados

http://serafimgomesadvogados.com.br

(21) 2240-0338 / 2524-4335

(21) 97232-9524





Leonardo Soares dos Santos
Professor de História da UFF
e pesquisador do IBAJA

As chuvas do início de 1966 castigaram enormemente a cidade do Rio de Janeiro. Milhares de pessoas ficaram desabrigadas. Falou-se na época em 50 mil. Cerca de 250 morreram. Um caos absoluto. E os mais atingidos foram os moradores de morros localizados na zona sul. Tudo levava a crer que a tragédia então verificada poderia servir de ensejo para a realização de obras estruturais na cidade, que debelassem alguns dos seus problemas, oriundos da singularidade do seu relevo, constituído por vários morros.

Expectativa de melhoria também abalizada pela presença no comando do executivo estadual da figura de Negrão de Lima, que fazia oposição a Carlos Lacerda, seu antecessor, que pôs em prática uma agressiva campanha de despejos em massa contra moradores de favelas. Contudo, a realidade se mostrou mais dura – para os pobres.

Jacarepaguá, os Pobres e O Globo

O Negrão de Lima governador se mostrou bem diferente do Negrão de Lima candidato. E o que é pior – o petebista Negrão tratou de continuar com a política de despejos do udenista, sem ceder em nada. E foi o que ele pretendeu fazer com as fortes chuvas ocorridas naquele ano. Ao invés de vê-la como um fator impulsionador de uma política mais humana com as populações periféricas, ele explora essas mesmas chuvas para alavancar uma espécie de guerra às favelas. A destruição então provocada foi vista como uma oportunidade. E a imprensa teve a mesma percepção. E não fez a menor questão de dourar a pílula.

Em certos momentos, tinha-se a impressão que, em que pese as desgraças que as pessoas estavam sofrendo, havia muitos motivos para celebrar. A reportagem de *O Globo* de 15 de janeiro é emblemática dessa abordagem. As chuvas nem haviam passado, e o jornal que apoiou o Golpe Militar de 1964 correu para defender a proposta de se fazer da Cidade de Deus um local para servir de moradia definitiva dos “flagelados”.

As pessoas ainda choravam seus mor-

Na Cidade de Deus a Solução Para Alojjar os Flagelados

A Cidade de Deus, com duas mil casas já construídas e mais 200 por terminar, poderá ser a solução imediata para abrigar os flagelados. Situada em Jacarepaguá, está sendo construída sob a orientação da COHAB para a transferência dos moradores das favelas daquele bairro. As chuvas em nada prejudicaram as obras, sendo pequenas as interrupções. Até mesmo um rio, que corta a Cidade ao meio, não recebeu grande volume de água, mantendo o seu nível. A Cidade de Deus era uma antiga fazenda — a Caieira —, de propriedade da Madame Angellina Grimaldi, segundo informações de moradores da vizinhança. Apenas um problema existe: as redes de esgoto, energia e água ainda não estão concluídas.

Até o momento, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades estaduais para remover os flagelados para a Cidade de Deus, segundo apurou O GLOBO. O Sr. Levi Moura, administrador regional de Jacarepaguá, aguarda orientação dos seus superiores, o que não havia ocorrido até ontem à noite. A falta de luz na Cidade seria resolvida imediatamente, uma vez que a rede ex-

terna já se encontra pronta e a ligação para as casas poderá ser feita sem maiores problemas. Isto é que informaram a O GLOBO os trabalhadores que ali se encontravam ontem. Quanto às redes de esgoto e água, seriam concluídas com rapidez se colocassem várias turmas de trabalhadores do Estado para efetuar o serviço dentro de um curto prazo.

tos, as suas perdas materiais, e o jornal se mostrava mais preocupado em aproveitar o flagelo para acabar de vez com as favelas que se espalhavam pela zona sul. Além do despropósito do enfoque, o mesmo jornal reconhecia que o bairro não tinha condições de receber tanta gente de uma vez e sem nenhum planejamento. Na verdade, a íntegra do texto se mostra mais impressionante pela frieza: “Apenas um problema existe: as redes de esgoto, energia e água ainda não estão concluídas.” De fato, não fazia sentido se discu-

tir essa possibilidade. Nem a Cidade de Deus poderia abrigar os desalojados e nem era o momento mais propício para isso. Porém, em se tratando de pessoas humildes e periféricas, até o inaceitável poderia ser tolerado.

Seria também nessa conjuntura que Jacarepaguá passaria a assumir um lugar estratégico no esforço das elites da cidade em varrer as favelas da zona sul e da Barra da Tijuca. Jacarepaguá seria visto como um tipo de assentamento dos indesejáveis. E os anos 70 deixariam isso escancarado.



Pablo das Oliveiras
Professor & Poeta

CDD: dos telhados às lajes

Cidade de Deus, cidade de Jesus – de dia falta água e de noite falta luz!

De boca em boca, as crianças cantavam e os moradores repetiam em deboche e denúncia os inexistentes benefícios que o BNH* prometera ao Conjunto Habitacional contra as favelas removidas. Embora, as famílias tenha o costume de substituir a escassez pelo improviso, a cada bica que a água corria e a cada lâmpada que acendia o deboche e a denúncia eram transferidos para outros problemas na comunidade: a falta de transporte e de atendimento à saúde; trabalho distante; alimentação cara; educação e lazer precários. Para esses e outros problemas, as famílias, removidas em caminhões de recolher lixo na cidade, trouxeram consigo a ciência adquirida na favela e, a partir daí, praticaram o deslugar nu e cru a que chegaram e ergueram a sua Cidade de Deus.

Era comum seguir a pé até a Freguesia ou Taquara para pegar uma condução. Quando o ônibus circular 731, da CTC**, passou a percorrer as adjacências, com a passagem custando centavos, logo foi batizado de “Cata Mendigo”. Décadas depois, o governador Brizola encampou as empresas de ônibus do Rio de Janeiro e criou a linha de ônibus 600 Taquara–Sanz Pena, também da CTC, no qual, os passageiros regrados, entravam pela porta de trás e saltavam pela porta da frente – em norma da época –, e os invertidos em multidão entravam e saíam sem



Colagem digital: Pablo das Oliveiras

pagar pela porta de trás. Tinha de tudo no 600, nas horas de pico: festas de aniversário, namoros e até acasalamentos. A viagem ficava frenética com a morena Pantera ao volante, acelerando fundo e sorrindo largo. A Loura, no alto de seus quarenta e poucos anos, de minissaia e pernas cruzadas com precisão matemática, dava o tronco, a cada

trec, trec, trec da roleta.

Na década de 1980, nos embalos da MPB, samba, funk, pagode e o grito de “Diretas Já!” nas ruas, convocando geral: *Você me abre seus braços e a gente faz um país.* As lutas e conquistas na CDD nos enchiam de esperanças de ser uma comunidade. Do COMOCIDE à FAMERJ foi escrita boa parte

dos movimentos associativos de bairros, na cidade. Foi assim o 1º de Maio na CDD, em 1980, ainda na ditadura civil-militar. No ano seguinte, o 1º Encontro Popular pela Saúde, as assembleias por habitações no território eram um assombro de tanta gente. *Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela em que nasci...*

De casa em casa, eu mudei da Praça 17 Árvores pra rua Israel, no “15”; depois mudei pra rua Moisés, no Bariri; ainda morei na travessa Rubens, na Vila da Rosa. Tantos lugares de moradia na CDD, que o território se constituiu em mim como universidade e, em outra universidade, institucionalizei o meu ofício de professor. Por quase três décadas pisei o chão de casas, ruas, escolas seguindo os caminhos dos movimentos associativos na CDD. Vi muros subindo; portas de birosas abrindo; puxadinhos esgarçando o abrigo das casas; vi telhas sendo substituídas por laje, no pesado e festivo mutirão aos domingos. Sobem os prédios e a Cidade de Deus não para de crescer e se adensa num estica e puxa; renomeou a si mesma em signo – senha indenitária pelas letras CDD: singular e plural.

* Banco Nacional de Habitação

** Companhia de Transporte Coletivo

*** Músicas: “Fullgás”, Marina Lima e Antonio Cicero, 1984 / “Rap da Felicidade”, Cidinho e Doca, 1994.



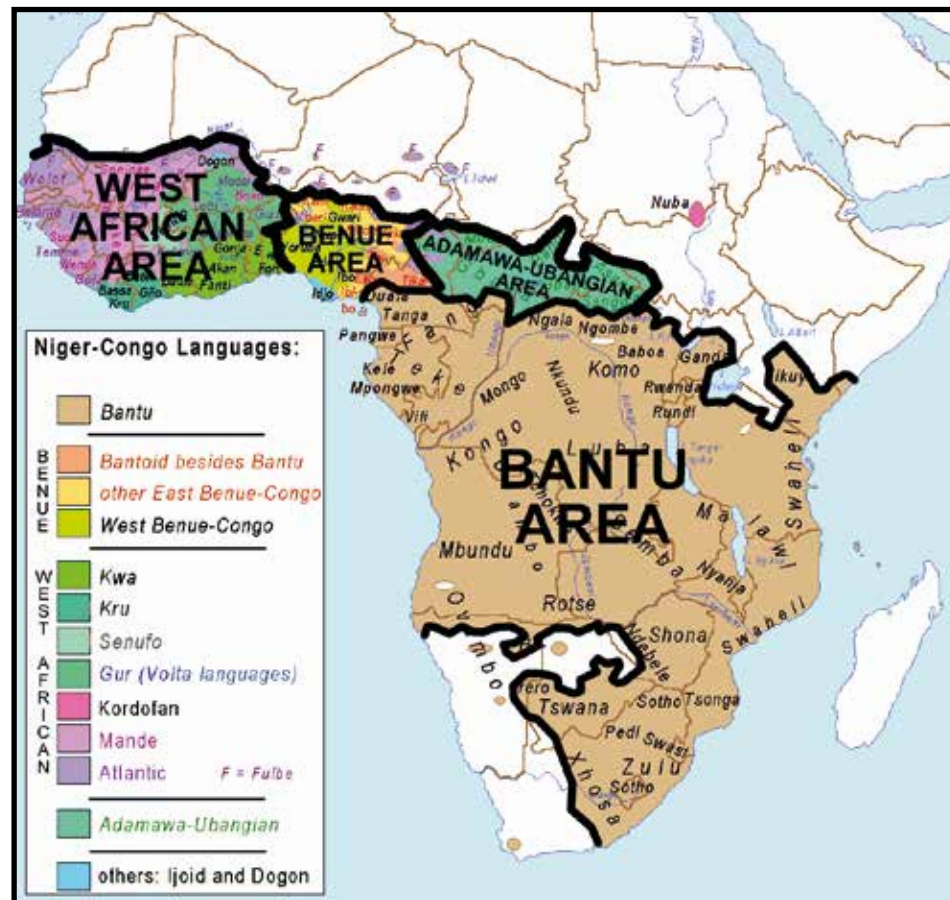
Notas sobre a cultura banto no Brasil e em Jacarepaguá

Quitanda, farofa, quiabo, fubá, angu, quindim, jiló, maxixe, dendê, moleque, bunda, nenê, caçula, nanar, cochichar, cafuné, paparicar, sotaque, fofoca. Camundongo, minhoca, marimbondo, maluco, cachimbo, berimbau, cuíca, samba, jongo, maracatu, butuca. Capoeira, ginga, senzala, mucama, macumba, candomblé, umbanda, quimbanda. Estas e outras palavras que usamos cotidianamente são originárias de línguas bantas, uma herança africana por muito tempo negligenciada e menosprezada por estudiosos da cultura brasileira e esquecida pela sociedade. A palavra *banto* ou *bantu* significa gente, seres humanos ou pessoas: o prefixo *ba* indica plural e a palavra *ntu* corresponde a homem, ser humano ou pessoa.

Os bantos são um conjunto etnolinguístico de mais de 400 povos e línguas que se espalham pelas regiões central e sul do continente africano. Estão presentes hoje em países como Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Angola, Moçambique, Uganda, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Botswana, África do Sul e outros. Entre os séculos XVI e XIX, durante a vigência do violento e infame comércio escravista, aproximadamente 10 milhões de africanos foram trazidos à força para as Américas.

Estima-se que 4 milhões de africanos tiveram como destino as regiões nordeste e sudeste do Brasil entre 1580 e 1850 e deste total 75% eram bantos originários de Angola, Congo e Moçambique. Primeiro grupo étnico a desembarcar no Brasil e no Rio de Janeiro, os bantos foram chamados por nomes relacionados ao contexto do tráfico de escravizados: angola, congo, benguela, cassanje, cabinda, moçambique, indicando as feiras onde foram negociadas, portos nos quais foram embarcadas (como Luanda e Benguela) ou regiões de onde foram trazidas.

Ao serem forçadas a trabalhar sob inimaginável violência nas plantações e engenhos escravistas do Brasil, os bantos colocaram em prática as primeiras formas de resistência à escravidão com a reconstrução do modelo africano de quilombo. A propósito, *kilombo* é uma palavra umbundo, língua banta, com origens em uma instituição político e militar dissidente, centralizada, formada nas regiões do Congo e Angola durante os séculos XVI e XVII. O quilombo afro-banto era formado por indivíduos que haviam se desvinculado



Localização dos grupos bantos na África

de seus grupos de origem devido a disputas políticas internas e submetia os novos integrantes a um ritual de iniciação.

O antropólogo Kabenguele Munanga afirma que o quilombo brasileiro é uma cópia do quilombo afro-banto. Reconstruído pelos escravizados para se opor ao escravismo colonial e implantar uma outra organização social e política, juntaram todos os oprimidos e transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência. A cultura banto foi, portanto, fundamental para a formação do Brasil. Não ficou restrita ao vocabulário, marca presença nos hábitos alimentares, nas formas de organização social e política, nas expressões culturais (música, dança, instrumentos musicais e religiosidade), na compreensão do mundo mas, sobretudo, na resistência ao escravismo colonial e na luta pela abolição da escravidão.

Com tamanha importância para a formação do Brasil, o que explicaria a negligência e o menosprezo de pesquisadores brasileiros sobre a cultura banto? Nos séculos

XVIII e XIX, outro grupo etnolinguístico africano, proveniente da África Ocidental, passou a ter relevância no tráfico de escravizados para o Brasil: iorubás, haussás, jejes e outros. Pesquisadores como Nina Rodrigues e Arthur Ramos, que estudaram a presença africana no Brasil em fins do século XIX, classificaram este grupo étnico como “mais puro” e fácil de identificar.

Esses mesmos pesquisadores julgaram os bantos como “menos evoluídos” e culturalmente “rudimentares”, pois não apresentavam nenhuma distinção em relação aos costumes locais brasileiros. Pois, já se encontravam culturalmente inseridos e este fato dificultava as análises de suas especificidades africanas. O resultado desta interpretação foi o apagamento da cultura banto na sociedade brasileira e o nagocentrismo, uma vez que os legados dos povos da África Ocidental desfrutavam de enorme reconhecimento e notoriedade até hoje. Para o antropólogo Vagner Silva, houve uma equivocada desqualificação dos bantos e a construção de falsas hierarquias

entre os diferentes povos de origem africana existentes no Brasil.

Mas afinal, é possível identificar a presença da cultura banto em Jacarepaguá? Com certeza! Ela está presente no nome de estradas, como a do Cabungui, em Vargem Grande, cuja origem é a palavra banto *cabungu*, que significa chefe ou líder de comunidade ou aldeia. Outro nome de estrada é a do Guerenguê, que liga os bairros da Taquara e Curicica: sua origem pode ser a palavra banto *guelengue*, nome de um rio e província de Angola. Nesta estrada, inclusive, localiza-se um templo religioso de quimbanda. Na rua Jordão, na Taquara, também existe um templo religioso de candomblé Angola.

No Quilombo do Camorim, moradores afirmam serem descendentes dos pretos bantos escravizados do antigo Engenho construído no século XVII. Lá, já receberam visitas da Rainha Diambi Kabatusuila, da etnia banto bena tshiyamba, da República Democrática do Congo e do Rei Tchongolola Tchongonga Ekuikui VII, da etnia ovimbundos, de Angola. Nesta comunidade, se pratica o jongo do sudeste, patrimônio cultural imaterial da cultura negra no Brasil com raízes banto que tem como característica o uso de instrumentos musicais esculpidos em madeira e afinados ao fogo, como o candongueiro.

No Quilombo Cafundá Astrogilda, a relação com a cultura banto está presente no nome: *cafundá*, seria uma mistura de banto e português. Além disso, nesta comunidade quilombola funcionou durante quase trinta anos um terreiro de Umbanda dirigido pela matriarca Astrogilda. A presença da herança cultural africana no Rio de Janeiro é diversa e não está restrita a um único grupo étnico. Bantos e iorubás contribuíram igualmente na formação da sociedade brasileira e devem ter o mesmo reconhecimento e notoriedade. É preciso compreender a multiplicidade de matrizes africanas presentes na nossa sociedade, desfazer os apagamentos históricos e reverter a equivocada ideia de inferioridade banto.

Fonte: Por Niger-Congo.svg: KimdimeNiger-Congo_map.png: Ullamderivative work: Monsieur Fou (talk) - Niger-Congo.svgNiger-Congo_map.png, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=15148741>



JORNAL ABAIXO ASSINADO JPA

Há 21 anos, nós escrevemos sobre pessoas que defendem ativamente uma causa

Seja assinante do jornal das lutas comunitárias e da cultura popular
www.catarse.me/jaajrj





Yakaré Upá Guá

Val Costa - texto e fotos
Pesquisador do IHBAJA
e professor de
História e Geografia

Lei que inclui o dia do bairro da Freguesia no calendário oficial da cidade foi sancionada pelo prefeito do Rio de Janeiro

Em junho deste ano, o prefeito Eduard do Cavaliere sancionou a Lei nº 9.490/2026, que incluiu no § 7º do art. 6º da Lei nº 5.146/2010 o Dia do Bairro da Freguesia, a ser celebrado anualmente em 23 de julho. O projeto, de autoria da vereadora Talita Galhardo, visa valorizar a importância histórica do bairro para a Baixada de Jacarepaguá.

A Freguesia de Jacarepaguá possui, segundo o Censo de 2022, aproximadamente 95 mil habitantes, que estão distribuídos em uma área de 1.039,61 hectares. É o segundo maior polo de comércio e serviços da Região Administrativa de Jacarepaguá, ficando atrás apenas da Taquara. Concentra

shoppings, concessionárias, grandes redes de supermercados, além de uma ampla oferta de bancos. Possui também condomínios residenciais com ampla infraestrutura de lazer e apartamentos espaçosos.

A Freguesia de Nossa Senhora do Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá foi instituída em 6 de março de 1661 a partir do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Inicialmente a sede da Freguesia de Jacarepaguá ficava na capela da Fazenda do Capitão Rodrigo da Veiga Barbude, sendo transferida posteriormente para a ladeira da Pedra do Galo (Morro da Freguesia).



Originalmente, a localidade que engloba o atual Largo da Freguesia era chamada de Porta d'Água. Existem duas versões para esse nome. A primeira se refere ao rio Porta d'Água, atualmente chamado de Rio Anil, que possuía diques e comportas ao longo do seu trajeto, reunindo os cursos dos rios Cigano, Olho d'Água e Fortaleza, nascidos na Serra dos Três Rios. Após atravessar esse largo, o rio Porta d'Água passava a se chamar Rio Sangrador, indo desaguar na lagoa do Camorim. A segunda se refere a uma grande comporta que servia para desviar as águas dos rios supracitados.

A Paróquia da Freguesia de Jacare-

paguá foi inaugurada em março de 1664, por Manuel de Souza e Almada. Em 1667, foi construído um outro templo no mesmo local do anterior, que se encontrava em avançado estado de deterioração. Em 1747, foi edificada a atual Igreja de Nossa Senhora de Loreto, atualmente Paróquia e Santuário Nossa Senhora de Loreto. Por ser a matriz da Freguesia de Jacarepaguá, a região no seu entorno começou a ser chamada de "Freguesia". Oficialmente, o bairro só foi criado em 1981, através do Decreto Municipal Nº 3.158. Até então, a localidade era considerada um sub-bairro da grande região de Jacarepaguá.



Fachada da Paróquia e Santuário Nossa Senhora de Loreto



Interior da Paróquia do Loreto



Freguesia de Jacarepaguá

Manguezal, conhecer para preservar

Por Luciana Araujo* e Maria Araujo**

Em julho comemoramos o Mês do Manguezal, um ecossistema que se estende por quase toda a Costa do Brasil, e é de extrema importância para a biodiversidade e para proteção costeira.

O manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre ambientes

terrestres e marinhos, que ficam em áreas próximas ao litoral, recebendo influência do mar (água salgada) e dos rios e lagoas (água doce). Seu nome é derivado de "mangue", que são as árvores adaptadas a esses ambientes de água doce e salgada, e possui como característica marcante raízes aéreas.

Na Baixada de Jacarepaguá os manguezais estão localizados nas margens do complexo lagunar, das Lagoas da Tijuca, Marapendi e Jacarepaguá. É um ecossistema que sofre muito com a degradação urbana, com a poluição e com a especulação imobiliária.

A poluição trazida pelos resíduos sólidos jogado nos rios e descarte de esgoto no complexo lagunar, além das áreas assoreadas pelo homem para construção de vias e novas edificações, destruíram os manguezais da região durante décadas, mesmo sendo uma área protegida por lei.

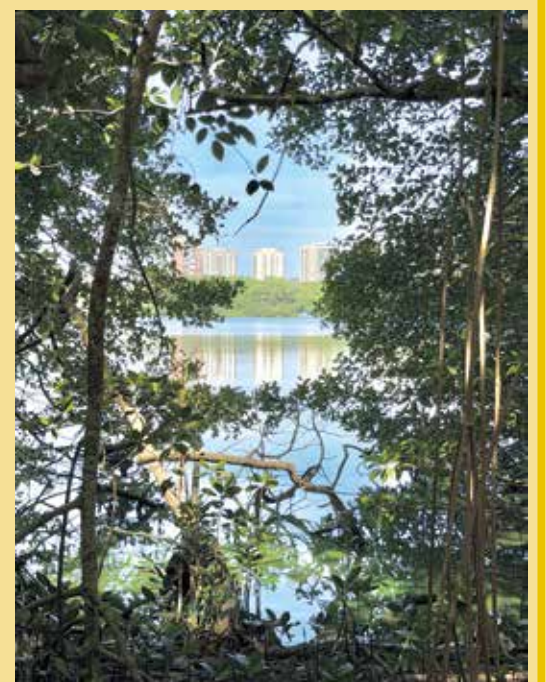
O biólogo Mario Moscatelli tem um importante trabalho na preservação dos manguezais no estado do Rio de Janeiro, trazendo vida de volta ao mangue antes degradado, reflorestando esse ecossiste-

ma, e criando berçários de mudas para a revitalização de outros manguezais no Rio de Janeiro.

Um manguezal recuperado traz diversos benefícios ao meio ambiente e a população, protege o litoral contra os efeitos das tempestades e erosão, possui grande capacidade de absorção de carbono, é um berçário e abrigo da vida marinha e a restauração da flora possibilita o retorno da fauna.

Por isso é preciso preservar esse ecossistema, que exerce funções vitais para a Baixada de Jacarepaguá.

E nós podemos ajudar, com pequenas ações diárias, reduzindo a produção e lixo, com o descarte correto dos dejetos sólidos, para que estes não cheguem aos rios que são fontes de poluição dos manguezais; ajudar a combater o despejo de esgoto, como não jogar óleo de cozinha na pia, não usar o vaso sanitário como lixeira e cobrar das autoridades saneamento básico, para que sua casa esteja conectada a tubulação da concessionária local. Pequenas



Manguezal-Península-Barra

ações podem fazer a diferença.

***Geógrafa e pesquisadora da Barra da Tijuca**
****Jovem escritora**



Manguezal-Península-Barra